

- 21.1.1. O FORNECEDOR descumprir as obrigações assumidas  
 21.1.2. O FORNECEDOR não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável  
 21.1.3. O FORNECEDOR não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado  
 21.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial por parte do FORNECEDOR.  
 21.1.5. Ocorrência de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados;  
 21.1.6. Por razão de interesse público  
 21.1.7. A pedido do fornecedor.

## 22. DA PUBLICAÇÃO

**22.1.** Uma vez formalizado, a presente ata será publicada no diário oficial do Município, pela ADMINISTRAÇÃO, em cumprimento ao disposto no Art. 61 § único da Lei Federal 8.666/1993.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada digitalmente pelas partes.

Candói, 01 de junho de 2022.

Partes Contratantes:

<b>ALDOINO GOLDONI FILHO</b>	<b>ISAC KEI YAMAZAKI</b>
Prefeito	Organizacao Sao Lucas

Testemunhas:

<b>RODRIGO MISS</b>	<b>LUCIMARA PINHEIRO DA SILVA</b>
CPF 048.869.969-06	CPF 059.859.129-0

**Publicado por:**  
 Lucimara Pinheiro da Silva  
**Código Identificador:**96F1A7C2

## ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES

### SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E CULTURA ELEIÇÃO DE MANDATO TAMPÃO PARA O CONSELHO TUTELAR

#### CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES – PR

Travessa José Magnabosco, nº 48, CEP 85790-000 Fone: (45) 3286-3321

#### ELEIÇÃO DE MANDATO TAMPÃO PARA O CONSELHO TUTELAR

##### EDITAL Nº 001/2022

**O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES – PR**, no uso da sua atribuição que lhe é conferida pela Lei nº 2097/2015, torna público o presente **EDITAL DE CONVOCAÇÃO** para o Processo de Escolha de Mandato Tampão do Conselho Tutelar para o período de 15 de agosto de 2022 a 10 de janeiro de 2024, conforme aprovado pela resolução 04/2022 do CMDCA.

- 1. DO PROCESSO DE ESCOLHA** 1.1. O Processo de Escolha de mandato tampão do Conselho Tutelar é disciplinado pela Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), Pela Lei Municipal nº 2.097/2015 e Resolução 04/2022, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Capitão Leônidas Marques -PR, sendo realizado sob a responsabilidade deste e fiscalização do Ministério Público;  
 1.2. Os membros do Conselho Tutelar local serão escolhidos mediante o sufrágio universal, direto, secreto e facultativo dos eleitores do município, em data de **31 de julho de 2022**, sendo que a posse dos eleitos e seus respectivos suplentes ocorrerá em data de 11 de agosto de 2022;  
 1.3. Como forma de dar início, regulamentar e conferir ampla visibilidade ao Processo de Escolha de mandato tampão do Conselho Tutelar par o período de 15 de agosto de 2022 a 10 de janeiro de 2024 torna público o presente Edital nos seguintes termos:

- 2. DO CONSELHO TUTELAR** 2.1. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Assistência Social e Cultura, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, sendo composto por 05 (cinco) membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de 04 (quatro) anos, permitida 01 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha em igualdade de escolha com os demais pretendentes;  
 2.2. Cabe aos membros do Conselho Tutelar, agindo de forma colegiada, o exercício das atribuições contidas nos art. 18-B, par. Único1, 90, §3º, inciso II, 95, 131, 136, 191 e 194, todos da Lei nº 8.069/90, observados os deveres e vedações estabelecidos por este Diploma, assim como pela Lei Municipal nº 2097/2015;  
 2.3. O presente Processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Capitão Leônidas Marques visa preencher as 05 (cinco) vagas existentes para suplência;  
 2.4. Por força do disposto no art. 5º, inciso II, da resolução nº 170/2014, do CONANDA, a candidatura deverá ser individual, não sendo admitida a composição de chapas.

- 3. DOS REQUISITOS BÁSICOS EXIGIDOS DOS CANDIDATOS A MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR** 3.1. O exercício efetivo da função de Conselheiro Tutelar constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.  
 3.2. O exercício efetivo da função de Conselheiro Tutelar requer dedicação exclusiva, sendo vedada o exercício de qualquer outra atividade pública ou privada.  
 3.3. Por força do disposto no art. 133, da Lei nº 8.069/90, e do art. 28, da Lei Municipal nº 2.097/2015, os candidatos a membro do Conselho Tutelar devem preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- I – Reconhecida idoneidade moral e conduta ilibada;  
 II – Idade superior a 21 (vinte e um) anos;  
 III – Residir no município há pelo menos 03 (três) anos;

1 Incorporado pela Lei nº 13.010/2014.

3.4. O preenchimento dos requisitos legais deve ser demonstrado no ato da candidatura.

4.1. Os membros do Conselho Tutelar exercerão suas atividades em regime de dedicação exclusiva, durante o horário previsto no Art. 34 da Lei Municipal nº 2.097/2015 para o funcionamento do órgão, sem prejuízo do atendimento em regime de plantão/sobreaviso, assim como realização de outras diligências e tarefas inerente ao órgão.

IV – Reconhecida experiência no trato com crianças e adolescentes;

V- Possuir o Ensino Médio completo;

VI- Ter Carteira Nacional de Habilitação – CNH, categoria “b” ou superior;

VII – Possuir conhecimentos básicos de informática;

VIII – Estar em dia com as obrigações eleitorais e no gozo de seus direitos políticos;

IX - Estar em dia com as obrigações militares (para candidatos do sexo masculino);

X – Não ter sido penalizado com a destituição da função de membro do Conselho Tutelar, nos últimos 05 (cinco) anos;

XI – Possuir conhecimentos básicos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990.

§1º Os conhecimentos básicos sobre Estatuto da Criança e do Adolescente serão avaliados através de prova objetiva.

§2º A comprovação da idoneidade moral será feita mediante apresentação de certidão negativa de antecedentes para fins criminais e em caso de já ter exercido anteriormente o cargo de conselheiro tutelar mediante apresentação também da declaração de idoneidade no exercício do mandato expedida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§3º Para comprovar o trato ou atendimento à criança e ao adolescente deverá ser apresentado documento de registro em carteira de trabalho, cópia de contrato ou declaração de empregador com firma reconhecida.

#### 4. DA JORNADA DE TRABALHO E REMUNERAÇÃO

4.2. O valor do vencimento é de **R\$ 1.765,41** (mil setecentos e sessenta e cinco reais e quarenta e um centavos2) podendo haver alterações de acordo com legislação vigente.

*“Art. 34 - O Conselho Tutelar estará aberto ao público das 7:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:30 hs , sem prejuízo do atendimento ininterrupto a população.*

*Parágrafo Único: O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deve definir a forma de fiscalização do cumprimento do horário de funcionamento do Conselho Tutelar e da jornada de trabalho de seus membros”*

**5. DOS IMPEDIMENTOS** 5.1. São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, conforme previsto no art. 140, da lei nº 8.069/90, art. 15 da Resolução nº 170/2014, do CONANDA e art.30 da Lei Municipal nº 2097/2015;

5.2. Existindo candidatos impedidos de atuar num mesmo Conselho Tutelar e que obtenham votação suficiente para figurarem entre os 5 (cinco) primeiros lugares, considerar-se-á eleito aquele que tiver maior votação; o candidato remanescente será reclassificado como seu suplente imediato, assumindo na hipótese de vacância e desde que não exista impedimento;

5.3. Estende-se o impedimento do conselheiro tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma Comarca.

**5.4. O mandato do conselheiro tutelar empossado no ano de 2022, cuja duração ficará prejudicada, não será computado para fins de participação no processo de escolha subsequente que ocorrerá em 2023.** Desta forma, não representará nenhum tipo de prejuízo para a finalidade de reeleição.

2 Será concedido ainda ao Conselheiro Tutelar Vale Refeição no valor de R\$ 220,00 e todas as demais prerrogativas estabelecidas no Art. 57, da Lei nº2097/2015, quando for o caso.

**6. DA COMISSÃO ELEITORAL** 6.1. A Comissão Eleitoral instituída através da Resolução 05/2022 é competente para organização e condução do presente Processo de Escolha.

6.2. Compete à Comissão Especial Eleitoral:

I – dirigir o processo eleitoral;

II – adotar todas as providências necessárias para realização do pleito;

III – publicar os locais que receberão as urnas de votação, que deverão ser públicas, de fácil acesso e que atendam aos requisitos essenciais de acessibilidade;

IV – analisar e decidir, em primeira instância administrativa, as impugnações apresentadas contra mesários e escrutinadores, além dos incidentes ocorridos no dia da votação;

V – analisar e homologar os pedidos de registro de candidaturas, antecedida de ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos, que faculte a qualquer cidadão impugnar, no prazo de 03 (três) dias a contar do dia subsequente da publicação, as candidaturas que não atendam aos requisitos exigidos, indicando os elementos probatórios;

VI – receber denúncias contra candidatos em razão do não preenchimento dos requisitos legais, da prática de condutas ilícitas ou vedadas, ou outros casos previstos em Lei, e adotar os procedimentos necessários para sua apuração;

VII – divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado do processo de escolha, abrindo prazo para interposição de recurso, nos termos da legislação vigente.

VIII – realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras do processo de escolha aos candidatos considerados habilitados, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local.

IX – estimular e facilitar o encaminhamento de notificação de fatos que constituam violação das regras de divulgação do processo de escolha por parte dos candidatos ou à sua ordem;

6.3. Das decisões da Comissão Especial Eleitoral caberá recurso à plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que se reunirá em caráter extraordinário para decisão com o máximo de celeridade.

X – providenciar a confecção das cédulas, conforme modelo a ser aprovado;

XI – solicitar aos órgãos competentes, a designação de efetivo para garantir a ordem e segurança dos locais do processo de escolha e apuração;

XII - Notificar pessoalmente o Ministério Público, com a antecedência devida, de todas as etapas do certame, dias e locais de reunião e decisões tomadas pelo colegiado.

XIII – resolver casos omissivos.

**7. DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA** 7.1. O Processo de Escolha para membros do Conselho Tutelar observará o calendário anexo ao presente Edital (ANEXO I).

7.2. O CMDCA, no uso de suas atribuições, fará publicar editais específicos no Diário Oficial ou meio equivalente para cada uma das fases do processo de escolha de membros do Conselho Tutelar, dispondo sobre:

- I – Inscrições e entrega de documentos;
- II – Relação de candidatos inscritos;
- III – Relação preliminar dos candidatos considerados habilitados, após análise dos documentos;
- IV – Relação definitiva dos candidatos habilitados, após o julgamento de eventuais impugnações;
- V – Divulgação do local e horário de aplicação da Prova Objetiva;
- VI – Divulgação do resultado preliminar do resultado da Prova Objetiva;
- VII – Divulgação do resultado final da Prova Objetiva, após impugnação;
- VIII – Divulgação do dia e locais de votação;
- IX – Resultado preliminar do pleito, logo após o encerramento da apuração;
- X – Resultado final do pleito, após julgamento de eventuais impugnações, e;
- XI – Confecção do Termo de Posse na plenária do CMDCA.

**8. DA PRIMEIRA ETAPA – INSCRIÇÃO/ENTREGA DOS DOCUMENTOS** 8.1. A participação no presente Processo de Escolha iniciar-se-á pela inscrição por meio de formulário específico, e será efetuada no prazo e nas condições estabelecidas nesse Edital.

8.2. A inscrição dos candidatos será efetuada pessoalmente na Secretaria Executiva do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, Cultura e Cidadania de Capitão Leônidas Marques, situada à Travessa José Magnabosco, nº 486, nesta cidade das 7:45 h às 11:45 h e das 13:30 h às 17:30 h, entre os dias **06 de junho de 2022 a 15 de junho de 2022**.

8.3. Ao realizar a inscrição, o candidato deverá, obrigatoriamente e sob pena de indeferimento de sua candidatura, apresentar original e cópia dos seguintes documentos:

- a) Carteira de identidade e CPF;
- b) Certidão, diploma ou histórico, expedido por estabelecimento de ensino público ou particular, devidamente reconhecido pela legislação vigente, comprovando a conclusão do curso de Ensino Médio;
- c) Título de eleitor e último comprovante de votação ou Certidão de Quitação Eleitoral;
- d) Carteira de Habilitação – CNH, categoria “b” ou superior;
- e) Certificado com no mínimo 60 horas ou outro documento que comprove conhecimentos básicos em informática com experiência comprovada;
- f) Certidões negativas cíveis e criminais que comprovem não ter sido condenado ou estar respondendo, como réu, pela prática de infração penal, administrativa, ou conduta incompatível com a função de membro do Conselho Tutelar;
- g) Em caso de já ter exercido anteriormente o cargo de conselheiro tutelar apresentar declaração de idoneidade no exercício do mandato expedida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- h) Em sendo candidato do sexo masculino, certidão de quitação com as obrigações militares;

8.4. Quando da inscrição, cada candidato receberá um número para identificação e divulgação;

8.5. No ato da inscrição o candidato deverá firmar termo de conhecimento e aceitação do regime de trabalho de dedicação exclusiva e remuneração (ANEXO III).

8.6. A prova de conhecimento sobre os direitos da criança e do adolescente formulada pela Comissão Especial Eleitoral designada pelo CMDCA, será de caráter eliminatório, a qual terá **20 questões objetivas, e acontecerá no dia 03 de julho de 2022, com início às 14:00 h e término às 17:00 h, na Escola Municipal Professor Laurindo Parmigiani**, onde o candidato deve se fazer presente 15 minutos antes do início da prova;

8.7. A prova será analisada e corrigida pela Comissão Especial Eleitoral, designada pelo CMDCA, onde o candidato deverá ter no mínimo 50% de acerto (equivalente ao acerto de dez questões);

8.8. A falta ou inadequação de qualquer dos documentos acima relacionados será imediatamente comunicada ao candidato, que poderá supri-la até a data limite para inscrição de candidaturas, previstas nesse Edital;

8.9. Os documentos deverão ser entregues em duas vias para fê e contrafé;

8.10. Documentos digitalizados serão considerados válidos desde que também apresentados os originais ou existentes apenas em formato digital;

8.11. Eventuais entraves à inscrição de candidaturas ou à juntada de documentos devem ser imediatamente encaminhados ao CMDCA e ao Ministério Público;

8.12. As informações prestadas e documentos apresentados por ocasião da inscrição são de total responsabilidade do candidato.

i) Para comprovar o trato ou atendimento à criança e ao adolescente deverá ser apresentado documento de registro em carteira de trabalho, cópia de contrato ou declaração de empregador com firma reconhecida.

j) Comprovante de residência ou outro que comprove que reside no município há mais de 03 (três anos).

k) Ficha de inscrição devidamente preenchida e assinada (ANEXO II).

**9. ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA** 9.1. O deferimento da inscrição preliminar dar-se-á após a verificação do correto preenchimento da Ficha de Inscrição e apresentação da documentação exigida neste Edital, que é de exclusiva responsabilidade do candidato, não sendo admitida a entrega de qualquer documento após o prazo de encerramento das inscrições.

9.2. A homologação após os prazos recursais dar-se-á no dia 30 de junho de 2022 com a convocação para a Prova Objetiva em seu respectivo dia, horário e local já fixados no item 8.6.

9.3. Ocorrendo falsidade em qualquer informação ou documento apresentado seja qual for o momento em que esta for descoberta, o candidato será excluído do pleito, sem prejuízo do encaminhamento dos fatos à autoridade competente para apuração e devida responsabilização legal.

9.4. Encerrado o prazo de inscrição de candidaturas, caberá à Comissão Especial Eleitoral designada pelo CMDCA executar no prazo de 04 (quatro) dias úteis a sua análise e devida divulgação, a qual, será encaminhada ao Ministério Público em todas as suas fases.

**10. DA PROVA** 10.1. Os candidatos com as inscrições homologadas no Edital a que refere o item 9.3 submeter-se-ão a prova objetiva, de caráter eliminatório, a serem aplicadas na data de 03 de julho de 2022, na Escola Municipal Professor Laurindo Parmigiani, das 14h às 17h.

10.2. A prova objetiva será composta de 20 questões de múltipla escolha, versando sobre questionamentos atinentes a **Lei 8069/1990 atualizada; Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária; Cartilha do**

**Conselho Tutelar e Resolução nº 170/2014 do Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e Adolescentes – CONANDA**, considerando-se aprovados candidatos que obtenham o mínimo de 50% de acertos na prova objetiva.

10.3. O material para prova ficará disponível no Site Oficial do Município de Capitão Leônidas Marques, através do link: <https://www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br/concurso/21>.

10.4. Cada questão será de múltipla escolha, contendo cinco alternativas e apenas uma delas será correta.

10.5. A todas as questões corretas será o atribuídas 5 (cinco) pontos, de modo que a prova totalizará 100 (cem) pontos.

10.6. A nota final de cada candidato será apurada pela soma das notas obtidas em cada questão.

10.7. Os candidatos deverão comparecer ao local de aplicação das provas com antecedência mínima de 15 (quinze) minutos, munidos de: 10.7.1. Comprovante de inscrição;

10.7.2. Documentos oficial com foto; e

10.7.3. Caneta esferográfica azul ou preta.

10.8. O candidato que não estiver presente no interior da sala de aplicação das provas no horário definido serão excluídos do certame que rege esse Edital.

10.9. O candidato que deixar de exibir documento oficial com foto, antes da prova, será excluído do certame.

10.10. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia da realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado documento que ateste o registro de ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 60 dias antes da prova, ocasião em que será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados e de assinatura em formulário próprio.

10.11. Os cadernos de provas deverão ser preenchidos pelo candidato mediante a utilização de caneta esferográfica azul ou preta, assinalando-se apenas uma alternativa em cada questão.

10.12. Não serão consideradas válidas, atribuindo-se pontuação zero, as questões que forem respondidas à lápis, sem posterior confirmação à caneta.

10.13. Também será anulada a questão que apresentar mais de uma alternativa assinalada pelo candidato, ou que contiver rasuras ou borrões.

10.14. O Candidato que se retirar do local de provas não poderá retornar, ressalvados os casos de afastamento da sala com acompanhamento de um fiscal.

10.15. Não será permitido ao candidato retirar o caderno de questões de prova.

10.16. Será retirado do local da prova e desclassificado do Processo o candidato que: 10.16.1. Apresentar atitude de desacato, desrespeito ou descortesia para com as pessoas encarregadas pela realização ou aplicação da prova ou com outros candidatos;

10.16.2. Durante a realização da prova demonstrar comportamento inconveniente ou for flagrado comunicando-se com outros candidatos ou pessoas estranhas por gestos, palavras ou por escrito, bem como se utilizando de livros, notas ou impressos;

10.16.3. Durante a realização das provas estiver fazendo uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, relógios, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador ou outros equipamentos celulares), bem como protetores auriculares.

10.17. Nas ocorrências das hipóteses previstas no item 10.16 será lavrado “auto de apreensão de prova e exclusão do candidato”, fazendo-se constar o fato com seus pormenores, o qual será certificado à vista da assinatura de duas testemunhas.

10.18. No horário apurado para o encerramento da prova, as mesmas serão recolhidas, independentemente de terem ou não sido concluídas integralmente pelos candidatos.

10.19. Durante a realização das provas, quaisquer ocorrências serão objeto de registro em ata.

10.20. A Comissão Eleitoral Especial irá divulgar o gabarito da prova 24 horas após o encerramento em página específica no site oficial do Município de Capitão Leônidas Marques.

10.21. O resultado preliminar será divulgado conforme cronograma em anexo, no site da prefeitura e no átrio do Paço Municipal, situado na Avenida Tancredo Neves, nº 502.

10.22. Da classificação preliminar é cabível recurso endereçado à Comissão Eleitoral, contendo a identificação do recorrente e as razões do pedido recursal, em até 2 (dois) dias úteis.

10.23. A Comissão Eleitoral avaliará os recursos interpostos, no prazo de 01 (um) dia útil e notificará o candidato acerca do resultado do recurso.

10.24. Após a fase recursal, será divulgada a classificação definitiva conforme cronograma.

10.25. Os candidatos aprovados na prova terão sua inscrição definitiva homologada e estarão aptos a participar do processo de escolha popular do Conselho Tutelar pelo sufrágio.

**11. DA CAMPANHA E DA PROPAGANDA ELEITORAL** 11.1. Cabe ao Poder Público, com a colaboração dos órgãos de imprensa locais, dar ampla divulgação ao Processo de Escolha desde o momento da publicação do presente Edital, incluindo informações quanto ao papel do Conselho Tutelar, dia, horário e locais de votação, dentre outras informações destinadas a assegurar a ampla participação popular no pleito;

11.2. É vedada a vinculação política-partidária das candidaturas, seja através da indicação, no material de propaganda ou inserções na mídia, de legendas de partidos políticos, símbolos, slogans, nomes ou fotografias de pessoas que direta ou indiretamente, denotem tal vinculação;

11.3. Os candidatos poderão dar início à campanha eleitoral após a publicação de relação definitiva dos candidatos habilitados, em data prevista no Anexo deste Edital;

11.4. A Propaganda eleitoral em vias e logradouros públicos observará, por analogia, os limites impostos pela legislação eleitoral e o Código de posturas do Município, garantindo igualdade de condições a todos os candidatos;

11.5. Os candidatos poderão promover as suas candidaturas junto a eleitores por meio de debates, entrevistas e distribuição de panfletos, desde que não causem dano ou perturbem a ordem pública ou particular;

11.6. As instituições públicas ou particulares (escolas, Câmara de Vereadores, rádio, igrejas, etc.) que tenham interesse em promover debates com os candidatos deverão formalizar convite a todos aqueles que estiverem aptos a concorrer ao cargo de membro do Conselheiro Tutelar;

11.7. Os debates deverão ter regulamento próprio, a ser apresentado pelos organizadores a todos os participantes e à Comissão Especial Eleitoral designada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência;

11.8. Cabe a Comissão Especial Eleitoral supervisionar a realização dos debates, zelando para que sejam proporcionadas iguais oportunidades a todos os candidatos nas suas exposições e respostas;

11.9. É vedada a propaganda ainda que gratuita, por meio dos veículos de comunicação em geral (jornal, rádio, ou televisão), faixas, outdoors, camisas, bonés e outros meios não previstos neste Edital;

11.10. É dever do candidato se portar com urbanidade durante a campanha eleitoral, sendo vedada a propaganda irreal ou insidiosa ou que promova ataque pessoal contra os concorrentes;



11.11. Não será permitido qualquer tipo de propaganda no dia da eleição, em qualquer local público ou aberto ao público, sendo que a aglomeração de pessoas portando instrumentos de propaganda caracteriza manifestação coletiva, com ou sem utilização de veículos;

11.12. A violação das regras de campanha importará na cassação do registro da candidatura ou diploma de posse do candidato responsável, após a instauração de procedimento administrativo no qual seja garantido ao candidato o exercício do contraditório e da ampla defesa.

**12. DA ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR** 12.1. A eleição para mandato tampão do Conselho Tutelar do Município de Capitão Leônidas Marques-PR, realizar-se-á no dia 31 de julho de 2022, das 08 horas às 17 horas, conforme previsto no Art. 139 da Lei nº 8.069/90 e Resolução nº 152/2010 do CONANDA;

12.2. A votação ocorrerá através de urnas comuns cedidas pela justiça eleitoral local;

12.3. As cédulas para votação manual serão elaboradas pela Comissão do Especial Eleitoral, adotando parâmetros similares aos empregados pela Justiça Eleitoral em sua confecção;

12.4. Nas cabines de votação serão fixadas listas com relação de nomes, codinomes, fotos e número dos candidatos a membro do Conselho Tutelar;

12.5. As mesas receptoras de votos deverão lavrar atas segundo modelo fornecido pela Comissão Especial Eleitoral, nas quais serão registradas eventuais intercorrências ocorridas no dia da votação, além do número de eleitores votantes em cada uma das urnas;

12.6. Após a identificação, o eleitor assinará a lista de presença e procederá a votação;

12.7. O eleitor que não souber ou não puder assinar, usará a impressão digital como forma de identificação;

12.8. O eleitor poderá votar em apenas um candidato;

12.9. No caso de votação manual, votos em mais de um candidato ou que contenham rasuras que não permitam aferir a vontade do eleitor serão anulados, devendo ser colocados em envelope separado, conforme previsto no regulamento da eleição;

12.10. Será também considerado inválido o voto:

12.11. Efetuada a apuração, serão consideradas eleitos os 05 (cinco) candidatos mais votados, ressalvada a ocorrência de alguma das vedações legais acima referidas;

12.12. Em caso de empate na votação, ressalvada a existência de outro critério previsto na Lei Municipal local, será considerado eleito o candidato com idade mais elevada.

a) cuja cédula contenha mais de 01 (um) candidato assinalado;

b) cuja cédula não estiver rubricada pelos membros da mesa da votação;

c) cuja cédula não corresponder ao modelo oficial;

d) que tiver o sigilo violado.

**13. DAS VEDAÇÕES AOS CANDIDATOS DURANTE O PROCESSO DE ESCOLHA** 13.1. Conforme previsto no art. 139, §3º, da Lei nº 8.069/90, é vedado ao candidato doar, receber, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

13.2. É também vedada a prática de condutas abusivas ou desleais que acarretem vantagem indevida ao candidato, como a “boca de urna” e o transporte de eleitores, dentre outras previstas na Lei nº 9504/97 (Lei Eleitoral), pois embora não caracterizem crime eleitoral, importam na violação no dever de idoneidade moral que se constitui num dos requisitos elementares das candidaturas;

13.3. Os candidatos que praticarem quaisquer das condutas relacionadas nos itens anteriores durante e/ou depois da campanha inclusive no dia da votação terão cassado seu registro de candidatura ou diploma de posse, sem prejuízo da apuração da responsabilidade civil e mesmo criminal, inclusive de terceiros que com eles colaborarem;

13.4. Caberá à Comissão Especial Eleitoral ou, após sua dissolução, à plenária do CMDCA, decidir pela cassação do registro da candidatura ou

## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA

diploma de posse, após a instauração de procedimento administrativo no qual seja garantido ao candidato o exercício do contraditório e da ampla defesa.

**14. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL** 14.1. Ao final de todo o Processo, a Comissão Especial Eleitoral encaminhará relatório ao CMDCA, que fará divulgar no Diário Oficial ou em meio equivalente, o nome dos 05 (cinco) candidatos eleitos para o Conselho Tutelar na vaga de suplentes, em ordem decrescente de votação.

**15. DA POSSE** 15.1. A posse dos membros do Conselho Tutelar será concedida pelo Presidente do CMDCA local, no dia 11 de agosto de 2022, conforme previsto no art. 139 §2º, da Lei nº 8.069/90;

15.2. Devem tomar posse, até 05 (cinco) suplentes, observada a ordem de votação, de modo a assegurar a continuidade no funcionamento do órgão, em caso de férias, licenças ou impedimentos dos titulares.

**16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS** 16.1. Cópias do presente Edital e demais atos da Comissão Especial Eleitoral dele decorrentes serão publicadas, com destaque, nos órgãos oficiais de imprensa, no sítio eletrônico da Associação dos Municípios do Paraná <http://www.diariomunicipal.com.br/amp/> e em página específica no site oficial do Município de Capitão Leônidas Marques <https://www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br/concurso/21>, bem como afixadas no mural da Prefeitura Municipal, na Câmara de Vereadores, na Sede do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), dos ESFs e Proteção Social Especial;

16.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial Eleitoral, observadas as normas legais contidas na Lei Federal nº 8069/90 e na Lei Municipal nº 2097/2015;

16.3. É de inteira responsabilidade dos candidatos acompanharem a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes ao processo de escolha em data unificada dos Membros do conselho Tutelar;

16.4. É facultado aos candidatos, por si ou por meio de representantes credenciados perante a Comissão Especial Eleitoral, acompanhar todo desenrolar do processo de escolha incluindo as cerimônias de lacração de urnas, votação e apuração;

16.5. Cada candidato poderá credenciar, até 48 (quarenta e oito) horas antes do pleito, 01 (um) representante por local de votação e 01 (um) representante para acompanhar a apuração dos votos e etapas preliminares do certame;

16.6. Os trabalhos da Comissão Especial Eleitoral se encerram com o envio de relatório final contendo as intercorrências e o resultado da votação ao CMDCA;

16.7. O descumprimento das normas previstas neste Edital implicará na exclusão do candidato ao processo de escolha.

Capitão Leônidas Marques - PR, 01 de junho de 2022.

**HARLEY CHRISTIAN PEREIRA CARVALHO**

Presidente do CMDCA

## ELEIÇÃO DE MANDATO TAMPÃO PARA O CONSELHO TUTELAR

**EDITAL Nº 001/2022**

ANEXO I – CRONOGRAMA PREVISTO

EVENTOS	DATAS PREVISTAS
Publicação do Edital	01/06/2022
Inscrições dos candidatos a Conselheiro Tutelar	06/06 à 15/06/2022
Análise dos requerimentos de inscrições	17/06 à 20/06/2022
Publicação da lista dos candidatos com inscrições deferidas e indeferidas	21/06/2022
Prazo para recurso das inscrições indeferidas e recurso das deferidas por parte dos cidadãos marquesenses	22/06 à 24/06/2022
Análise dos recursos pela Comissão Especial Eleitoral	27/06 à 28/06/2022
Divulgação do resultado dos recursos e publicação da lista preliminar dos candidatos com inscrição deferida, em ordem alfabética pela Comissão Eleitoral Especial	29/06/2022
Abertura de prazo para recurso à plenária do CMDCA	29/06/2022
Julgamento dos recursos pelo CMDCA e divulgação final das inscrições homologadas	30/06/2022
Prova objetiva sobre o ECA	03/07/2022
Correção da prova sobre o ECA	04/07 à 08/07/2022
Divulgação do resultado preliminar da prova objetiva	11/07/2022
Prazo para recurso sobre a Prova Objetiva	12/07 à 13/07/2022
Análise do recurso sobre a Prova Objetiva	14/07/2022
Resultado final da Prova Objetiva	15/07/2022
Divulgação da lista definitiva dos candidatos, em ordem alfabética e início do prazo para realização da campanha eleitoral pelos candidatos	18/07/2022
Prazo para campanha	18/07 à 29/07/2022
Dia da votação	31/07/2022
Divulgação do resultado da votação	02/08/2022
Prazo para impugnação do resultado da eleição	02/08 à 03/08/2022
Análise das impugnações ao resultado da eleição	04/08/2022
Publicação do resultado do julgamento das impugnações ao resultado da eleição	05/08/2022
Proclamação do resultado do julgamento dos recursos e divulgação do resultado final	05/08/2022

FICHA DE INSCRIÇÃO Nº \_\_\_\_\_

## REGISTRO DE CANDIDATURA AO CARGO DE SUPLENTE – CONSELHO TUTELAR

NOME:	
APELIDO (se houver):	
SEXO:	
CPF:	
RG:	ÓRGÃO EMISSOR:
DATA DE NASCIMENTO:	
ESTADO CIVIL:	
PROFISSÃO:	
ENDEREÇO RESIDENCIAL:	
ESCOLARIDADE:	
EMAIL:	
CONTATO:	

## PROTOCOLO DE INSCRIÇÃO – ELEIÇÃO CONSELHO TUTELAR DE

CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES

INSCRIÇÃO Nº \_\_\_\_\_ DATA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_

ASSINATURA: \_\_\_\_\_

## ANEXO III – TERMO DE CONHECIMENTO E ACEITAÇÃO

### DECLARAÇÃO DE TERMO DE CONHECIMENTO E ACEITAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, declaro para os devidos fins de inscrições no processo de escolha para compor o quadro de suplentes do Conselho Tutelar de Capitão Leônidas Marques – PR, que cumprirei todas as determinações da Lei Municipal nº 2097/2015 e da Lei nº 8069/90 (ECA), e que possuo disponibilidade para o exercício da função pública de conselheiro tutelar com dedicação exclusiva, aceitando plenamente os valores remuneratórios a mim informados e estabelecidos pelo Edital 001/2022, sob pena das sanções legais em caso de descumprimento do presente Termo de Conhecimento e Aceitação.

Capitão Leônidas Marques, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

Requerente

**Publicado por:**  
Anna Karla Vieira Martins  
**Código Identificador:**FD61530D

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**PORTARIA Nº 334/2022**

## PORTARIA Nº 334/2022

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,